

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.246 - SC (2019/0126473-4)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **EDER SILVEIRA MARCONDES**
AGRAVANTE : **RETRANS RECICLAGEM E LIMPEZA LTDA**
ADVOGADOS : **PAULO FRETTA MOREIRA - SC019086**
 ENIO FRANCISCO DEMOLY NETO - SC029472
 RODRIGO DOS SANTOS CESAR E OUTRO(S) - SC027030
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**
INTERES. : **ADEMIR DA SILVA MATOS**
INTERES. : **LUZ KUERTEN**
INTERES. : **SERRANA ENGENHARIA LTDA**
INTERES. : **ODAIR JOSÉ MANRICH**
INTERES. : **LOUBER LTDA - MICROEMPRESA**
INTERES. : **ITAMAR DA SILVA MATTOS**

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por EDER SILVEIRA MARCONDES e OUTRO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DEFERIMENTO PARCIAL DA LIMINAR. INDISPONIBILIDADE DE BENS. EXISTÊNCIA, NOS AUTOS, DE INDÍCIOS DE ILEGALIDADES EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E REAJUSTES IRREGULARES DE VALORES CONTRATUAIS. POSSÍVEIS ENRIQUECIMENTO ILÍCITO E PREJUÍZO AO ERÁRIO E MALVERSAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO.

'1. O Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o art. 7º da Lei 8.429/1992, tem decidido que, por ser medida de caráter assecuratório, a decretação de indisponibilidade de bens, incluído o bloqueio de ativos financeiros, deve incidir sobre quantos bens se façam necessários ao integral ressarcimento do dano, levando-se em conta, ainda, o potencial valor de multa civil, excluindo-se os bens impenhoráveis.' (STJ, REsp 1610169 / BA, Relator: Min. Herman Benjamin, Data do Julgamento: 12/05/2017)

INDIVIDUALIZAÇÃO DOS BENS INDISPONIBILIZADOS. VALOR CORRESPONDENTE À CONDUTA ÍMPROBA. CONSTATAÇÃO EX OFFICIO DE QUE A DECISÃO IMPUGNADA FOI PARCIALMENTE ALTERADA PARA

DEFERIR PLEITO DE REDUÇÃO DAS GARANTIAS ÀS RESPONSABILIDADES DOS REQUERIDOS. FATO SUPERVENIENTE QUE REPELE QUESTIONAMENTOS QUANTO À PROPORCIONALIDADE DA PROVIDÊNCIA CAUTELAR.

'O pedido de indisponibilidade deve orçar o valor pretendido, o qual naturalmente deve ser objeto de conferência judicial. Deferida a medida, porém, não há como se prognosticar, exceto em casos muito específicos, sobre quais bens a ordem será eficaz. Nesses casos, usando-se as comodidades da tecnologia, são emitidas determinações para diversos órgãos que gerenciam o patrimônio de particulares. É, aliás, procedimento normatizado pelo próprio Conselho Nacional de Justiça. Poderá haver problemas, como apreensões em excesso ou mesmo retenção de bens impenhoráveis. Mas isso será deliberado pelo juízo em seguida, ajustando-se a extensão da indisponibilidade ao caso concreto' (TJSC, Agravo de Instrumento n. 0140505-13.2014.8.24.0000, de Braço do Norte, rei. Des. Hélio do Valle Pereira, Quarta Câmara de Direito Público, j. 05-10-2017).

MANUTENÇÃO INTEGRAL DO DECISUM. RECLAMO CONHECIDO E DESPROVIDO" (fls. 331/332e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 300 do CPC/2015, 59, parágrafo único, da Lei 8.666/93, 884 e 885 do Código Civil, sob os seguintes fundamentos: a) "a medida liminar concedida não possui os requisitos legais para tal" (fl. 354e), b) "o valor apresentado para indisponibilidade dos bens não considerou a parcela executada dos contratos que supostamente conteriam irregularidades" (fl. 354e)

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 294/300e.

Negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 301/302e), foi interposto o presente Agravo (fls. 304/324e).

Contraminuta a fls. 328/344e.

A irresignação não merece acolhimento.

Nos termos do art. 1.042, **caput**, do novo Código de Processo Civil, da decisão que não admite o Recurso Especial fundada na aplicação de entendimento firmado em julgamento de recursos repetitivos, não cabe Agravo em Recurso Especial, mas sim Agravo Interno ao próprio Tribunal, de acordo com o art. 1.030, § 2º, do mesmo diploma processual.

Nesse sentido, "a interposição do agravo previsto no art. 1.042, **caput**, do

CPC/2015, quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo, constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outorga de retorno dos autos ao Tribunal **a quo** para que o aprecie como agravo interno" (STJ, AgInt no AREsp 986.861/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/05/2017).

In casu, o Vice-Presidente do Tribunal de origem, com fulcro no art. 1.030, I, **b**, do CPC/2015, negou seguimento ao Recurso Especial, por entender que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento fixado pelo STJ, no julgamento do REsp 1.366.721/BA (Tema 701/STJ), representativo da controvérsia, no tocante ao **periculum in mora** (fl. 402e).

Desse modo, no tocante ao referido tema, não conheço do Agravo em Recurso Especial ante o seu manifesto descabimento.

No mais, o Tribunal de origem decidiu que, no mais, o recurso encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Assim, ultrapassados os requisitos de admissibilidade, passo a conhecer do Agravo e examiná-lo apenas quanto a esse ponto.

Quanto à alegada ofensa aos artigos 59, parágrafo único, da Lei 8.666/93, 884 e 885 do Código Civil, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que as teses recursais vinculadas aos dispositivos tidos como violados não foram apreciadas no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.
1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Em relação aos requisitos para decretação da medida de indisponibilidade de bens e ao valor da constrição, manifestou-se o Tribunal de origem:

"Assim, numa análise perfunctória do feito, constato que, de fato, restaram atendidas as condições necessárias à concessão da medida cautelar, ante a presença, nos autos, de fortes indícios de ilegalidades nos procedimentos licitatórios ns. 05/2001 e 23/2004; bem como nos Contratos ns. 74/2001 e 94/2004 e seus aditivos, celebrados entre o Município de Braço do Norte, nas pessoas dos Prefeitos Ademir da Silva Matos e Luiz Kuerten, e a empresa Retrans Reciclagem e Transportes Ltda., na pessoa do seu sócio-gerente, Éder Silveira Marcondes, cujos objetos eram 'Coleta de todos os resíduos sólidos domiciliares produzidos no Município, Transporte dos Resíduos Sólidos até o local de destinação conforme condições do Edital de TP 05/2001' (fl. 945 do anexo 5) e 'Transportar os resíduos sólidos domiciliares coletados no município de Braço do Norte até o aterro sanitário da Empresa Serrana Engenharia Ltda., localizado no Município de Laguna à BR 101 km 322, bairro Taquaraçú. O referido transporte deverá ser feito em caminhão roll-on roll-off, com capacidade para 35m² de lixo compactado" (fl. 1.125 do anexo 06), respectivamente.

(...)

No caso, do extrato da movimentação processual dos autos de origem, disponível no SAJ/PG, observo que a decisão impugnada foi parcialmente alterada em 23.02.2015, oportunidade em que o

magistrado a quo deferiu o pleito de 'redução das garantias à responsabilidade de cada requerido', determinando que os mesmos oferecessem bens suficientes a assegurar a futura execução, com indicação precisa do valor de cada bem (pp. 17-19 dos autos principais)" (fls. 341/343e).

Deste modo, a modificação das conclusões do acórdão recorrido implicaria necessariamente o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, pelo óbice enunciado na Súmula 7/STJ.

Por fim, em relação à alegada divergência jurisprudencial, também não merece prosperar a irresignação, pois incidem os mesmos óbices sumulares.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora